

Currículos dos membros das bancas de heteroidentificação do V Concurso Público para Provimento do Cargo da Carreira de Defensor (a) Público (a) do Estado do Espírito Santo.

MEMBRO 1

Advogada criminalista, especialista em direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais, com atuação destacada em treinamento e participação ativa na implementação de políticas de diversidade, equidade e inclusão, alinhadas ao seu comprometimento com a justiça social, a equidade e o desenvolvimento contínuo. Atuou na Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais da Assistência Social do município de Montanha-ES, integrante do Movimento Negro Unificado.

MEMBRO 2

Advogada popular, quilombola de Sapê do Norte, mestranda em Ciências Sociais PGCS/UFES, Co-fundadora da RENAAQ – Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas, integrante do Coletivo Jurídico Joãozinho de Mangal da CONAQ, membra da Comissão de Igualdade Racial da OAB/ES, e assessora jurídica da Comissão Quilombola de Sapê do Norte e Fundadora do Coletivo Evas Negras, Especialização em Ciências Criminais e Interseccionalidades (Faculdade Verbo Jurídico), Aperfeiçoamento em Advocacia Popular Quilombola, Curto de curta duração em Derecho de Participación Política de Pueblos Indígenas y Afrodescendientes (Escuela de Educación Superior Pedagógica Pública Nuestra Señora de Chota, EESP CHOTA, Peru), atuando na mediação junto a mesa de Conflitos Fundiários da SEDH – Secretaria de Direitos Humanos do ES, cuja participação quilombola foi retomada durante a pandemia do COVID-19 em 2020 e outras participações em entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia que versam sobre as demandas de mulheres quilombolas e sem terra.

MEMBRO 3

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre pela mesma universidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ), na área de arquitetura, projeto e sustentabilidade. Pós graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Engenharia de Petróleo e Gás Natural pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Doutorando do

Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF), com pesquisas nas áreas de Direitos Humanos, Política de Ações Afirmativas e Comissões de Heteroidentificação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), além de acumular outras funções na instituição voltadas a Política de Ações Afirmativas para Pretos, Pardos e Indígenas – PPI. Membro do Comitê de Heteroidentificação do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus de Colatina (IFES), Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Campus de Colatina. Participação em seminários com diálogos fundamentais sobre as Relações Étnico-Raciais e a Heteroidentificação no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Atua como membro da equipe de avaliadores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (Setec), responsável por avaliar Plano de Curso Técnico de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), junto a Instituição Privada de Ensino Superior (IPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Contribui com a coordenação de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, além de projetos de pesquisa vinculados ao CNPq, FAPERJ e FAPES. Quanto aos procedimentos de Verificação Complementar da Autodeclaração, também conhecidas como Heteroidentificação, contribuiu significativamente nos últimos seis anos como gestor e membro destas comissões em processos seletivos em âmbito federal, estadual e municipal. Experiência em uma ampla gama de responsabilidades, desde a gestão de processos de Heteroidentificação, presidência de comissões, treinamento e capacitação na formação de integrantes para atuação nestas comissões, com ênfase na análise criteriosa de autodeclarações em concurso públicos e processos seletivos acadêmicos, até a implementação de práticas e procedimentos que asseguram a equidade e a justiça no reconhecimento da identidade racial dos candidatos.